

A formação de professores no Paraná para qualificar o ensino da escola primária na primeira metade do século XX

Resumo

A questão da formação de professores para atuarem no ensino primário na Província do Paraná foi tema de preocupação desde os anos 60 de Oitocentos. Contudo, a Escola Normal, criada em 1876, teve um funcionamento precário até o final do Império e nas décadas iniciais da República. A década de 1920 representou um marco na política de formação de professores no Paraná. As reformas efetuadas de 1920-1923, na então denominada Escola Normal Secundária de Curitiba, estabeleceram um plano de estudos que compreendia um *Curso Geral* de três anos que visava oferecer “cultura geral” ao futuro professor e um *Curso Especial* de um ano e meio de duração com finalidade profissionalizante. Essas reformas lançaram as bases para as reformas efetuadas nas décadas seguintes. Durante o período Vargas (1930- 1945), a Escola Normal Secundária de Curitiba passou por várias mudanças, sendo a principal delas a de 1938, quando passou a ser denominada Escola de Formação de Professores de Curitiba. A referida instituição, seguindo princípios e práticas que tinham raízes na Escola Nova e normas estabelecidas pelo poder central, visava formar professores promotores de transformação social condizente com a pretendida homogeneização ideológica e cultural das crianças, de acordo com o ideário da elite dominante. A interlocução com a documentação escrita e com depoimentos de professoras que cursaram a Escola Normal no período em estudo, obtidos por meio de entrevistas, demonstra que as propostas educacionais delineadas pelo Governo do Paraná foram, em grande parte, atingidas.

Palavras-chave: formação de professores; Escola Normal; ensino paranaense; século XX.

Para citar este artigo:

FERREIRA, António Gomes; VECHIA, Ariclê. A formação de professores no Paraná para qualificar o ensino da escola primária na primeira metade do século XX. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 24, n. 54, p. 225-252, jan./abr. 2023.

DOI: 10.5965/1984723824542023225

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723824542023225>

António Gomes Ferreira

Universidade de Coimbra – Portugal
antonio@fpce.uc.pt

Ariclê Vechia

Universidade Federal do Paraná –
UFPR – Curitiba/PR – Brasil
arikele@hotmail.com

Teacher education in Paraná to qualify elementary school teaching in the first half of the 20th Century

Abstract

The issue of training teachers to work in primary education in the Province of Parana has been a topic of concern since the 1860s. However, the Normal School, created in 1876, functioned precariously until the end of the Empire and in the initial decades of the Republic. The 1920s represented a milestone in teacher education policy in Paraná. The reforms carried out from 1920 to 1923 in what was then called Escola Normal Secundária de Curitiba established a study plan that included a three-year General Course, which aimed to offer "general culture" to the future teacher, and a one-and-a-half-year Special Course with a professional purpose. These reforms laid the foundation for reforms made in the following decades. During the Vargas period (1930-1945) the Escola Normal Secundária de Curitiba went through several changes, the main one being the in 1938, when it was renamed Escola de Formação de Professores de Curitiba. This institution, following principles and practices that were rooted in the New School and norms established by the central power, aimed at training teachers to promote social transformation consistent with the intended ideological and cultural homogenization of children, according to the ideology of the ruling elite. The interlocution with the written documentation and with testimonies by female teachers who attended the Normal School during the period under study, obtained through interviews, shows that the educational proposals outlined by the Government of Paraná were, to a large extent, achieved.

Keywords: teacher education; Normal School; Paraná's education; 20th Century.

Formación de profesores en Paraná para calificar la enseñanza de la escuela primaria a mediados del siglo XX

Resumen

Ese tema de la formación de docentes para actuar en la enseñanza primaria en Provincia de Paraná fue motivo de preocupación en los años 60 del Ochocientos. Sin embargo, la Escuela Normal, creada en 1876, tuvo un funcionamiento precario hasta fines del Imperio, perdurando las primeras décadas de la República. La década de 1920 representó un hito en la política de formación docente en Paraná. Las reformas realizadas, entre 1920-1923, en aquella llamada Escuela Normal Secundaria de Curitiba, establecieron un plan de estudios que incluía un Curso General, de 3 años, con el objetivo de ofrecer "cultura general" al futuro maestro y un Curso Especial, de 1 año y medio, profesionalizante. Dichas reformas sentaron bases para los cambios efectuados en décadas posteriores. Durante el período Vargas (1930-1945), la Escuela Normal Secundaria de Curitiba pasó por varios cambios, a señalar el principal de ellos, en 1938, cuando pasó a denominarse Escuela de Formación de Profesores de Curitiba. Tal institución seguía principios y prácticas de la Escola Nova bajo normas del poder central, objetivando formar maestros para promover la transformación social, en línea con la pretendida homogeneización ideológica y cultural, consonante a los ideales de la élite gobernante. La interlocución con documentación y testimonios de ex alumnos de la Escuela Normal demuestra que esas propuestas esbozadas por el Gobierno fueron ampliamente alcanzadas.

Palabras clave: formación docente; Escuela Normal; enseñanza paranaense; siglo XX.

Introdução

Pode-se assinalar a segunda metade do século XVIII como um marco para a história da profissão docente, quando reformadores definiram um conjunto de normas para o ensino elementar, bem como para a seleção e nomeação de seus professores que passaram a ficar sob a tutela do Estado. Alguns países da Europa Central começaram a institucionalizar uma formação que viria a generalizar-se no século XIX com as designadas Escolas Normais, entendidas como locais autorizados para a formação de professores para a instrução primária. No Brasil, a década de 30 dos Oitocentos foi conturbada. Três tendências político-sociais viviam em choque: conservadores, liberais exaltados e liberais moderados. Essas lutas políticas resultaram na aprovação do Ato Adicional de 1834, que implantou a descentralização administrativa no Império, sendo que cada Província recebeu o direito e o dever de criar e manter as instituições de instrução primária e secundária. Sendo assim, a Província do Rio de Janeiro, já em 1835, implantou a primeira Escola Normal, na cidade de Niterói, que tinha por finalidade, habilitar as pessoas que se destinassem ao magistério da instrução primária e os professores já existentes que não tivessem a devida habilitação. Os pré-requisitos para ingresso no curso limitavam-se a: ser cidadão brasileiro, ter 18 anos de idade, boa morigeração e saber ler e escrever.

O currículo adotado não diferia muito dos seguidos nas escolas de Instrução Primária, acrescido do preparo didático e profissional do professor que se limitava à compreensão do Método de Ensino Mútuo. Portanto, desde sua gênese, a Escola Normal dava mais ênfase aos aspectos morais de boa conduta do professor do que aos aspectos intelectuais (VILLELA, 2008). A primeira Escola Normal do Brasil teve duração efêmera, sendo suprimida em 1849. Nos anos que se seguiram à sua criação, a experiência se repetiu em outras Províncias; em Minas Gerais (1840), na Bahia (1836), São Paulo (1846), Pernambuco, Piauí (1864) e, em diversas outras localidades. Na realidade, em todas as províncias as escolas normais tiveram uma trajetória incerta e atribulada, parecendo, segundo as palavras do presidente da Província do Paraná, Polidoro César Burlamaque, em 1876: “plantas exóticas”, porque “nascem e morrem quase no mesmo dia” (PARANÁ, 1867).

A partir de meados de 1860, transformações de ordem ideológica, política e cultural repercutem-se na educação que passava a assumir uma importância até então não vislumbrada. A crença de que o desenvolvimento social e econômico de um país dependia da educação ofertada, generalizava-se entre diferentes partidos e posições ideológicas. Foi nesse contexto que as escolas normais passaram a ser novamente criadas, em diversas províncias e a ter certa estabilidade. Algumas características comuns podem ser observadas nas primeiras escolas normais instaladas. A organização didática do curso era extremamente simples, apresentando, via de regra, um ou dois professores para todas as disciplinas e um curso de dois anos, o que se ampliou ligeiramente até o final do Império.

Na Província do Paraná, desde meados dos anos 60 de Oitocentos, já se discutia a necessidade da criação de uma Escola Normal, contudo, a mesma só foi criada em 1870 e ficou apenas no plano legal. Em 1876, a Escola Normal foi recriada com um curso de dois anos que funcionaria anexa ao Instituto Paranaense. A instituição teve um funcionamento precário até ao início do século XX, sendo reduzido o número de alunos que a frequentava (PARANÁ, 1903). Ao longo das duas primeiras décadas foram aumentando as matrículas de estudantes, sendo que , em 1903, frequentavam a referida instituição 80 alunas e 16 alunos (PARANÁ, 1903). O aumento do número de matrículas, no entanto, pouco significava, pois em 1919, a Escola Normal contava com 170 estudantes matriculados, porém somente 36 concluíam o curso (PARANÁ, 1920a).

A formação de professores: sob as ideias republicanas

Desde o final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX, o ideário da sociedade brasileira, guiada pelos ideais republicanos, passava pela generalização da escolarização, de modo a reformar a sociedade pela via da formação da pessoa, visando transformar o Brasil em uma Nação à altura das mais progressistas do século. A última década de Oitocentos e as primeiras do século XX representaram um momento crucial para incrementar a ideia de nacionalidade brasileira. Havia uma legião de ex-escravizados, de imigrantes europeus e de homens do interior junto aos quais era fundamental desenvolver o sentimento de pertencimento à Pátria e à Nação brasileiras. A

generalização da instrução pública passou a ser vista pelo governo como instrumento adequado tanto para legitimar o novo regime como para promover a regeneração social e a formação patriótica que sustentaria a construção de uma verdadeira nação brasileira.

Nesse contexto, o Estado de São Paulo se destacava no cenário nacional por sua pujança econômica advinda da cafeicultura e da industrialização, ainda que incipiente. A cidade de São Paulo tornou-se o símbolo da cultura urbano-capitalista, intelectual e autoconsciente (MONARCHA, 2009). Com a instauração da República e a reforma educacional idealizada pelos republicanos concretizou-se em São Paulo, no decorrer da década de 1890, um modelo de organização de instrução pública, pioneiro no Brasil. A ampliação da oferta da educação primária para o povo demandava a formação de professores em larga escala. Rangel Pestana idealizou um projeto de reforma da Escola Normal de São Paulo e nomeou Caetano de Campos como diretor da mesma para efetuar a almejada reforma. O método de ensino adotado era o Intuitivo, baseado nas proposições de Pestalozzi sobre a educação dos sentidos e da Lição de Coisas de Calkins, os ícones da chamada Pedagogia Moderna. Segundo Rozante (2013), o Método Intuitivo tornou-se o símbolo da renovação educacional republicana e, portanto, o principal meio de formar o cidadão republicano.

Para além do curso da Escola Normal, faziam parte deste “complexo escolar” a Escola Modelo, que tinha por finalidade servir como “laboratório de experimentação” dos modernos métodos de ensino e como espaço para a prática de ensino dos alunos da Escola Normal (SOUZA, 1998, p. 40), e o Jardim da Infância, que também se constituía em um *Locus* para a prática de ensino dos alunos da referida escola.

No contexto das reformas da instrução pública visando aprimorar o ensino primário, ofertado em escolas isoladas, em 1893 foram criados os Grupos Escolares organizados aos moldes da escola graduada, um modelo de organização escolar, adotado no final do Século XIX em diversos países da Europa e nos Estados Unidos (SOUZA, 1998). Nessa estratégia republicana, o Grupo Escolar era a instituição que concentrava a modernidade pedagógica pretendida e, juntamente com o modelo da Escola Normal, era peça relevante na institucionalização do sistema de educação pública almejado pela República. Segundo Carvalho (2003, p. 225) “é com a reforma Caetano de Campos de

1892 que se inaugura a lógica que preside à institucionalização do modelo escolar paulista”. Esse modelo escolar paulista foi depois exportado para outros estados do país.

A década de 1920: um marco na política de formação de professores no Paraná

O “espírito republicano”, forjado no embate ideológico do final do Império, arrefeceu gradativamente. A República idealizada teve que se conformar às condições objetivas, tornando-se a República possível. No segundo decênio do século XX, foi necessário “republicanizar a República”, no dizer de Nagle (1976, p. 192) pelo reavivamento do ideário de elevar intelectual e moralmente amplas camadas da população e da formação da consciência cívico-patriótica. A década de 1920 foi importante para a melhoria da educação no Brasil, pois diversos políticos e intelectuais influenciados pelas ideias da Pedagogia Moderna e da Escola Nova realizam reformas educacionais em diversos estados.

O Estado do Paraná tinha um cenário educacional muito acanhado, nos primeiros anos da República, marcados por pequenas reformas nos diferentes níveis e tipos de ensino. Contudo, nos primeiros anos do século XX, o Diretor Geral da Instrução Pública, o Dr. Vitor Ferreira do Amaral, acompanhado de uma comissão do governo paranaense, fez uma visita de estudos ao Estado de São Paulo para conhecer, em detalhes, uma das inovações pedagógicas implantadas naquele Estado, -- os Grupos Escolares. Em Relatório enviado ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, em dezembro de 1903, se declarando apologista dos Grupos Escolares, relata a existência de apenas um grupo escolar completo na capital – o Grupo Escolar Xavier da Silva – cujo edifício estava em fase final de construção e seguia os padrões estabelecidos para um grupo escolar modelo. Todavia, também informava que, mais três escolas estavam sendo reestruturadas em grupos escolares – a Escola Tiradentes, a Escola Oliveira Bello e a Escola Carvalho – e solicitava às autoridades a criação do cargo de Diretor de Grupo Escolar para atender a essa nova modalidade de organização escolar (PARANÁ, 1903).

A organização do ensino primário em Grupos Escolares foi bem aceita no Estado do Paraná. O Inspetor Geral da Instrução Pública, em seu relatório do ano de 1923 ao Secretario Geral do Estado, relatou a existência de 11 Grupos Escolares na Capital, Curitiba, e 15 Grupos Escolares no interior do Estado (PARANÁ, 1923). O estabelecimento dos Grupos Escolares na Capital e em algumas outras regiões estimulou reformas nos cursos de formação de professores.

Desejando que o ensino público paranaense adotasse o padrão que vinha sendo colocado em prática pelos estados mais adiantados do Brasil, o Governador do Estado, Caetano Munhoz da Rocha convidou, em 1920, o professor paulista César Prieto Martinez para assumir a Inspeção Geral do Ensino do Paraná (1920 - 1924), com a finalidade de realizar a reforma do ensino público no Estado com base nos padrões adotados em São Paulo. – A reforma deveria ser ampla, abrangendo os diferentes níveis de ensino, e especialmente o ensino primário e o curso de formação de professores.

Já no cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública do Paraná, em Relatório enviado ao Secretário Geral do Estado sobre suas atividades no ano de 1920, Prieto Martinez destacou que, nos nove meses de exercício do cargo, realizou uma inspeção geral em todos os estabelecimentos de ensino primário do Paraná, no Gymnasio Paranaense e na Escola Normal para colher subsídios tendo em vista promover as reformas necessárias (PARANÁ, 1920b). Prieto Martinez fez reformas parciais na Escola Normal, mas de grande relevância para a formação de professores no Estado. Uma das primeiras medidas colocadas em prática foi à separação do Curso da Escola Normal do Gymnasio Paranaense, que até então ocupavam o mesmo prédio e tinham os mesmos professores. Muito embora as duas instituições continuassem ocupando o mesmo prédio, deveriam funcionar, a partir desse momento, em espaços separados (PARANÁ, 1920b).

A título de experiência, modificou o programa da disciplina de Pedagogia, a única disciplina pedagógica existente no Plano de Estudos até então, que passou, a compreender: “a) Antropologia, Pedagogia, no 2º ano; b) Psicologia infantil aplicada à educação, no 3º ano; c) Metodologia Geral e História da Pedagogia, no 4º ano” (PARANÁ, 1920b, p. 16). Significativamente, criou, também um Grupo Escolar anexo à Escola Normal, para que a prática pedagógica fosse realizada pelos moldes das escolas paulistas

de modo a dotar os futuros professores de uma formação que garantisse êxito na sua missão de ensino (PARANÁ, 1920b).

Atuando juntamente com o Governador do Estado, César Prieto Martinez insistiu na construção de um edifício próprio para abrigar a Escola Normal. Segundo suas palavras: “Sendo a Escola Normal a base sólida de toda a reforma racional da instrução pública primária, merecia o máximo de cuidado por parte do governo. A organização dessa instituição, eminentemente profissional, determinava forçosamente ‘o bom ou mau êxito de todo o aparelho escolar’, porque fornecia o ‘material mais importante, que é o professor’ ” (PARANÁ, 1920b, p. 16).

Ainda no ano de 1921, no governo do Dr. Caetano Munhoz da Rocha, teve início a construção do novo prédio que abrigaria a Escola Normal em uma das ruas centrais da cidade de Curitiba. O edifício principal, denominado Palácio da Instrução – de três pavimentos – foi construído em estilo neoclássico, com a fachada artisticamente decorada. A construção atendia aos preceitos pedagógicos que estavam sendo adotados. Além de 26 salas de aula, possuía laboratórios para aulas práticas, um museu pedagógico, biblioteca e pavilhões à parte, para abrigarem o Grupo Escolar, o Curso intermediário, as escolas isoladas e o Orfeão, para aulas de Música, Dança, Teatro e Educação Física. A sua inauguração ocorreu em 7 de setembro de 1922, em homenagem ao Centenário da Independência do Brasil (IWAYA, 2000).

Em 1923, a Escola Normal do Paraná foi transformada em Escola Normal Secundária de Curitiba pelo Decreto nº 274 de 1923, sendo que o então Diretor da instituição, Professor Lysimaco Ferreira da Costa, recebeu a incumbência de redigir *As Bases Educativas para a organização da nova Escola Normal Secundária do Paraná* que foram aprovadas pelo Decreto nº 174 de 26 de março de 1923.

Segundo o estabelecido, a Escola Normal Secundária teria por objetivos: formar um professor capaz de iniciar sua carreira com segurança e método, já por estar senhor da técnica, da didática, já por conhecer os programas primários a fundo e a legislação escolar; capacitar o educador a dirigir com orientação firme os múltiplos aspectos psicológicos dos alunos com a finalidade de formar um bom cidadão e um bom chefe de família (COSTA, 1923).

O plano de estudos adotado compreendia um *Curso Geral* de três anos e um *Curso Especial* de um ano e meio de duração (COSTA, 1923). O *Curso Geral* visava dar aos normalistas os conhecimentos que deviam transmitir, mais tarde, aos seus discípulos. O Plano de Estudos era o seguinte:

No 1º. ano: Psicologia, Metodologia Geral, Metodologia da Leitura e da Escrita, Metodologia do Desenho, Agronomia e Higiene; no 2º. ano: Moral e Educação cívica, Metodologia de Moral e Educação Cívica, Noções de Direito Pátrio e de Legislação Escolar, Metodologia do Vernáculo, Metodologia da Aritmética, Metodologia do Ensino Intuitivo, Metodologia das Ciências Naturais, Metodologia da Geografia; no 3º. ano: Puericultura, Metodologia da História, metodologia da Geometria, Metodologia da Música, Metodologia dos Exercícios Físicos, Metodologia dos Trabalhos Manuais, Prática e Crítica Pedagógica. (COSTA, 1923, p. 15)

O *Curso Especial* visava oferecer ao futuro educador uma boa técnica pedagógica, uma metodologia apoiada nos princípios gerais e regras da Pedagogia e nas noções fundamentais da psicologia da Educação, de modo a transmitir, com eficiência, aos seus alunos os conhecimentos necessários. Deveria adotar o seguinte Plano de Estudos:

No 1º semestre: Psicologia, Metodologia Geral, Metodologia da Leitura e Escrita, Metodologia do Desenho, Higiene e Agronomia; no 2º semestre: Moral e Educação Cívica: sua Metodologia, Noções de Direito Pátrio e de Legislação Escolar, Metodologia do Idioma Vernáculo, Metodologia da Aritmética, Metodologia do Ensino Intuitivo, Metodologia das Ciências Naturais e Metodologia da Geografia; no 3º semestre: Puericultura, Metodologia da História, Metodologia da Geometria e Metodologia da Musica. (COSTA, 1923, p. 20)

Ao estabelecer as Bases Educativas da Escola Normal, Lysimaco Ferreira da Costa faz menção a Herbart, e em outro documento se dá conta que ele deixou claro que “se a reforma elimina o orador de um lado, por outro estimula o professor, dado o regime herbaciano que a reforma adoptou como predominante nas lições” (COSTA, 1923, p. 69). Mais notório é que o Método Intuitivo estava presente no curso da Escola Normal, assim como a disciplina Metodologia do Método Intuitivo fazia parte do Plano de Estudos tanto do *Curso Geral* quanto do *Especial*. No *Curso Especial*, por exemplo, a mencionada disciplina deveria tratar das origens do ensino intuitivo desde Comenius, passando pelas

ideias de Pestalozzi, Herbart, Froebel, Lição de coisas, até oferecer um Modelo de Aula, (COSTA, 1923, p. 13-19).

Se, por um lado, as reformas efetuadas por Prieto Martinez e Lysimaco da Costa e o estudo do Método Intuitivo indicavam a influência das reformas paulistas, por outro, a didática adotada era a de Herbart, na versão dos pedagogos argentinos Patrascoiu e Pablo Pizzurno. Os passos formais que objetivavam levar os alunos à aprendizagem foram aplicados em todas as disciplinas da formação de professores. As obras de Patrascoiu foram também adotadas como livros de texto das diversas cadeiras do *Curso Especial*. O professor Osvaldo Pilotto publicou, em 1926, um livro sob o título “*Methodologia da Arithmetica: traduzida da Methodologia de Patrascoiu e ampliada e adaptada aos programas do Estado do Paraná*”. A obra é composta por 14 subtítulos, incluindo Prática Pedagógica e Crítica Pedagógica, Metodologias de Aritmética, Geometria e Desenho, Metodologia do Ensino Intuitivo, entre outros temas. Essa obra teve bastante influência porquanto foi disponibilizada a todos os professores paranaenses e “ampliada e adaptada aos programas do Estado do Paraná” (PILOTTO, 1926).

A adoção da Didática de Herbart por Lysimaco Ferreira da Costa mereceu, posteriormente, crítica do Professor Erasmo Pilotto, que fora aluno da Escola Normal, naquele período. Nas suas palavras: “Foi então o império dos passos formais de Herbart, na versão de Patrascoiu, com monótonas aplicações a todas as matérias do ensino primário” (PILOTTO, 1954, p. 93).

Delineando o perfil do professor primário do Estado do Paraná

Para o Diretor da Escola Normal Secundária do Paraná, esta deveria formar o professor primário seguro da técnica da didática e como perfeito conhecedor dos programas de ensino a ministrar, ainda que também capaz de compreender a alma da criança e ornado das mais completas qualidades morais (COSTA, 1923). Pensava ele que a mulher teria melhores condições para essa educação do que o homem. Como escreveu: “Ninguém mais apto do que a mulher para o exercício de tão nobres misteres e a

formação da mulher mestra deve ser o objetivo primordial das nossas escolas normais”¹. (COSTA, 1923, p. 7).

O curso de formação de professores passou então a ser direcionado para a clientela escolar feminina. De acordo com as Bases Educativas, a futura professora deveria possuir um caráter reto e uma linha de conduta, para que o exemplo de sua vida honrada fortalecesse o coração de seus escolares, e os sentimentos bons que soubesse despertar através de suas lições (COSTA, 1923, p. 6-8). Sente-se aqui a linha de Herbart, que requeria do educador, qualidades de vocação, entusiasmo juvenil, amor pelas crianças, aspiração ao melhor, de acordo com a realidade do educando e, sobretudo, tato pedagógico, fruto de uma experiência bem cultivada, além da ciência e reflexão (MORENO, 1971).

Lysimaco da Costa argumentava também que as normalistas deveriam: “Adquirir cultura intelectual suficiente para transmitir para seus escolares um mínimo de conhecimentos uteis, fundamentais para a vida do cidadão e do homem do trabalho”, devendo, ao mesmo tempo, ser capaz de “criar nos escolares, bons hábitos mentais e morais, corrigindo lhes o caráter e inculcando no seu espírito os deveres cívicos de todo bom brasileiro” (COSTA 1923, p. 7).

O Inspetor Geral da Instrução Pública do Estado do Paraná, em Relatório enviado ao Governador Caetano Munhoz da Rocha, no ano de 1926, afirmava que “A instrução primária é o alicerce onde são construídos os templos das nações”. Peremptoriamente, escreve que as “pátrias livres, altivas grandiosas, fortes são as pátrias onde seus filhos, desde os bancos escolares das primeiras letras aprendem conhece-las, ama-las, respeitá-las” (PARANÁ, 1926a, p. 400).

Ainda segundo Prieto Martinez, na escola primária a criança deveria cultivar a inteligência e apurar o sentimento. “A professora deve cuidar do coração infantil, inculcando-lhe o sentimento moral, o sentimento do belo, o sentimento do infinito pela razão e pela consciência. A união das faculdades da alma com as faculdades intelectuais

¹ Lysimaco Ferreira da Costa argumentava que os homens paranaenses, principalmente depois da fundação da Universidade do Paraná, vinham se afastando dos cursos de formação de professores primários.

formará o homem futuro como o exige a família, como o exige a pátria” (PARANÁ, 1926b, p. 342).

Apesar de a reforma de 1923 da Escola Normal ter estabelecido um currículo denso que previa um curso de três anos de cultura geral e um *Curso Especial* de um ano e meio de duração, específico para o estudo das disciplinas pedagógicas, as autoridades educacionais consideravam os conhecimentos teóricos secundários. Partindo do princípio de Herbart de que “o professor deveria moldar o menino” (PARANÁ, 1926c, p.-471), pois, “mais importante do que transmitir conteúdos, era a formação do caráter dos alunos” advogava-se que a virtude inspirada na escola é a que faz “o homem como a pátria o exige, capaz de dignificá-la, de defendê-la contra as investidas dos inimigos, de engrandecê-la pelo trabalho, pela dedicação, pelo amor” (PARANÁ, 1926c, p. 472).

Dirigindo-se às professoras, o Inspetor Geral da Instrução Pública do Paraná, assim se expressava:

Sei, porém, que a vossa missão é a mais nobre das missões sociais, porque do seu bom êxito depende toda a força e toda a majestade da nossa pátria. Ensinae a ler e inspirae a virtude. As luzes do alfabeto e os esplendores da boa moral são os materiaes com que podeis, livremente, com orgulho, com altivez, construir os fundamentos do augusto templo da nacionalidade brasileira. Ensinae só exemplos magnos da nossa história, a opulencia brasileira reflectida em toda sua natureza privilegiada e na dedicação de seus filhos, ensinae tudo, tudo o que possaes saber e que seja de utilidade para o enriquecimento do cérebro infantil; mas inspiraes também, inspiraes, acima de tudo, inspiraes o civismo na alma em flor dos nossos pequenos patrícios. (PARANÁ, 1926c, p. 409)

A educação escolar aparecia no discurso governista como concessão da elite, das pessoas bem posicionadas socialmente e era percebida como um instrumento para disciplinar moralmente a população, afastando-lhe da indolência e preparando para as atividades produtivas. A professora deveria ser de uma classe social que tivesse hábitos refinados, boa conduta, disciplina, enfim, que pudesse elevar o espírito das crianças, pois segundo o ideário do Governo Paranaense, “A escola é um templo, templo da Pátria, do civismo, da família. [...] nesse templo a sua sacerdotisa – a professora – deveria preocupar-se mais em inspirar, do que em ensinar” (PARANÁ, 1926 b, p. 406).

Os registros das memórias de duas professoras que começaram a lecionar no início da década de 1930 revelam que a sua condição sócioeconômica era condizente com o almejado. Egipciana, que concluiu o curso em 1930, vinha de família que possuía “uma grande Casa de Secos e Molhados em Curitiba e uma fazenda muito grande em Guajuvira, Município de Araucária”. Nas suas próprias palavras, naquele tempo, “só tinha Escola Normal Secundária para a formação de professoras. Era uma profissão valorizada, pois merecia muito respeito da comunidade” (VECHIA; FERREIRA, 2015, p. 89).

Nadir, por sua vez, vivia no centro da cidade, e concluiu o Curso da Escola Normal de Curitiba em 1934. Ela provinha de família de médias posses, porque o “pai era maestro da Banda do Exército, do 15º Batalhão de Caçadores” e a mãe “era enfermeira chefe na obstetrícia do Hospital Victor Ferreira do Amaral”. (VECHIA; FERREIRA, 2015, p. 89). Segundo seu depoimento, ser professora “era uma profissão de prestígio”, pois eram “responsáveis pela formação de toda a gurizada, que depois se tornaram médicos, engenheiros, advogados, etc. [...] era a profissão ‘destinada’ para as moças”. Ser professora Normalista era o ideal a ser alcançado pelas filhas da classe média alta daqueles anos. Era também o “passaporte” para encontrar um bom casamento (VECHIA; FERREIRA, 2015, p. 90).

A formação de professores na Década de 1930: a afirmação da Escola Nova no Paraná

Na mesma década em que os cursos de formação de professores no Paraná adotavam as *As Bases Educativas para a organização da nova Escola Normal Secundária do Paraná*, aprovadas em 1923, alicerçadas na Pedagogia Moderna e nas proposições de Herbart, desenvolvia-se um movimento alinhado aos princípios da Escola Nova nas suas diferentes vertentes, que, claramente, influenciaria políticas, reformas educacionais e práticas educativas na primeira metade do século XX. Todavia, nessa década, o Brasil vivia, como escreveu Nagle (1974, p. 3--11.), em “clima de efervescência ideológica e de inquietação social”, pois conheceu revoluções, perturbações políticas de várias ordens, diversas reivindicações e manifestos, lógicas educativas contraditórias que se

manifestariam de modo mais evidente nos anos 30, especialmente com a divisão no campo educacional entre católicos e pioneiros.

Segundo Valdemarin (2010), diversos eventos marcaram a difusão das ideias da Escola Nova no contexto educacional brasileiro nas décadas de 1920 e de 1930. Dentre eles, pode-se apontar: --a realização do Inquérito sobre a educação pública, em 1926, coordenado por Fernando de Azevedo; a publicação, em 1927, do primeiro volume da Biblioteca da Educação, dedicada à constituição de nova cultura pedagógica do professorado, sob a organização de Lourenço Filho; nesse mesmo ano, a Associação Brasileira de Educação deu início, em Curitiba, à realização de uma série de Conferências Nacionais de Educação. Na verdade, personalidades e grupos diversos promoveram discussões sobre a problemática da educação no país, criando uma dinâmica favorecedora de reformas educacionais condizentes com as da Educação Nova, protagonizadas por homens como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo.

Porém, em decorrência de um movimento revolucionário, Getúlio Vargas assumiu o cargo de Chefe do Governo Provisório em novembro de 1930. Ao tomar posse, anunciou um “programa de reconstrução nacional”, no qual estava incluída a criação de um ministério para tratar de assuntos da Educação e da Saúde Públicas (VARGAS, 1938). O novo Ministério da Educação e Saúde, em consonância com o ideário político de Vargas, visava a centralização das questões educacionais e a vinculação dos assuntos de educação e saúde. Francisco Campos, nomeado Ministro da Educação, logo em 1931, efetuou uma série de reformas educacionais, sem, contudo, tratar da questão do Ensino Primário e da Formação de Professores.

Durante a primeira fase do governo Vargas, de 1930 a 1937, houve intensos debates e divergências de posições ideológicas em torno da educação, que opunham, por exemplo, liberais escolanovistas e educadores católicos, liberais escolanovistas e proposições do governo, que resultou na publicação, por parte dos Liberais, do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova em 1932.

As reformas que alteraram os cursos de formação de professores no Paraná, no período 1930-1937, não trouxeram mudanças profundas no panorama educacional então

vigente. O Decreto de nº 459, de 16 de fevereiro de 1933, alterou os Cursos Normais, estabelecendo um desdobramento dos planos de estudos: um Curso Geral de três anos de duração e um Curso Especial de dois anos de duração, portanto, acrescentando um semestre de estudos em relação ao Plano de Estudos de 1923. O Plano de Estudos do Curso Geral, sofreu algumas modificações, com o acréscimo do estudo de Agronomia no 1º ano do curso e a introdução dos estudos de Psicologia Geral e de Moral e Civismo, acrescidos aos de História.

O Curso Especial compunha-se de disciplinas específicas para a formação do professor, sendo que seu funcionamento ficou sob a responsabilidade dos encarregados desse Curso, ou seja: o Diretor do estabelecimento, o lente de Psicologia e Pedagogia, a Diretora da Escola de Aplicação e a professora auxiliar da cadeira de Psicologia e Pedagogia. A proposta do referido Decreto era transformar o Curso Geral das Escolas Normais em “centros de cultura pedagógica e literária (Art. 15) e aproximar, tanto quanto possível, teórica e praticamente, a aplicação do método ‘Centro de interesses’ às proposições de Decroly” (MIGUEL, 1997, p. 55-56).

Em 1936, o decreto nº. 1929, de 30 de janeiro, transformou o Curso Geral da Escola Normal em Curso Ginásial, dando cumprimento à lei e aos regulamentos federais em acordo com o regulamento e os programas do Curso Fundamental dos Ginásios equiparados ao Colégio de Pedro II.

Contudo, uma das maiores preocupações do Governo Estadual era a educação das crianças do meio rural². Na década de 1930, reiniciava-se o processo de migração e de colonização da região Norte do território paranaense, surgindo tanto núcleos rurais quanto urbanos que demandavam por escolas. A intenção do Governo Estadual era a de levar às crianças dessas escolas e às de outras do interior, os hábitos urbanos refinados, normas de boa conduta e hábitos de higiene para que pudessem ser inseridas nas atividades produtivas, cumprindo a modernidade que o Estado requeria. As professoras recém-formadas na Escola Normal Secundária de Curitiba, no início da década de 30, foram convocadas a realizar essa “missão” civilizatória. Por isso, tinham que fazer um estágio obrigatório em localidades do interior do Estado, geralmente na zona rural.

² Muito embora já existissem outras Escolas Normais no Estado, cabia às Normalistas da Escola Normal de Curitiba a tarefa de atender as crianças de grande parte do interior do Estado.

Essa não era tarefa desejada, porquanto Egipciana (1994) dá conta, em seu depoimento, que, quando se formou, em 1930, na Escola Normal Secundária de Curitiba tendo que fazer “um estágio obrigatório no interior”, encontrou conforto numa fazenda muito grande, que seu padraсто tinha perto de Guajuvira, no Município de Araucária. Aí, após entendimento com a Secretaria de Educação, foi construída uma escola para que ela pudesse lecionar tranquilamente. Como ela mesma disse: “Eu fui morar na Escola que ficava bem próxima da casa da sede da fazenda, era para ficar lá alguns meses, acabei ficando lá por sete anos até que me casei”. Nessa escola passou a atender os filhos dos imigrantes poloneses que moravam nas colônias vizinhas, cumprindo assim o desiderato definido pelo Governo Estadual (VECHIA; FERREIRA, 2015, p. 92).

As professoras Normalistas eram consideradas pelo Governo Paranaense como “mulheres missionárias das letras e do civismo que vão anunciar o evangelho da Pàtria” (PARANÁ, 1926b, pp. 405, 406). Os registros das memórias de duas outras professoras revelam como essa política se efetivava na prática, marcando suas histórias de vida. Em seu depoimento, Balbina relatou que começou a lecionar no ensino primário, em 1934, mas teve que deixar sua cidade, Araucária, e deslocar-se para Guajuvira, onde tinha uma colônia de imigrantes Ucranianos. “Ficava lá de segunda a sábado, tinha que ir de trem. Durante a semana ficava hospedada na casa de uma família de brasileiros, que eram muito bons para mim”. (VECHIA; FERREIRA, 2015, pp. 91-92). Nadir, terminando o curso na Escola Normal Secundária em Curitiba no ano de 1934, também teve que fazer um estágio obrigatório no interior do Estado. Suas palavras expressam bem o seu desconforto perante a situação: “Não podia ficar em Curitiba, nem mesmo meu pai tendo força política. Mas, naquele tempo não valia muito a política, era a força mesmo. Então, meu irmão me levou de trem para Irati. Fiquei hospedada no Colégio das freiras, o Nossa Senhora das Graças. O estágio deveria durar alguns meses, fiquei lá por anos. Só saí de lá em 1939, quando me casei” (VECHIA; FERREIRA, 2015, p. 92-93). Assim se ia cumprindo a função civilizatória inerente à formação de professores da Escola Normal Secundária de Curitiba.

O esforço modernizante prosseguia como salienta a mensagem do Governador Manoel Ribas à Assembleia Legislativa do Estado, em 1937. Nela, salienta o trabalho desenvolvido pela Diretoria Geral da Educação no que se refere à reforma de métodos e

processos de ensino e a elaboração do Código de Educação já então enviado para a Assembleia Legislativa (PARANÁ, 1937,p. 29-30), revelando empenho na difusão das modernas propostas pedagógicas vindas de reconhecidos pedagogos estrangeiros como Decroly, Montessori, Dewey, Ferrière, Kilpatrick, ou nacionais como Isaias Alves, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. Quanto aos cursos de formação de professores, destaca as mudanças efetuadas nos Cursos Gerais que foram substituídos pelo Curso Ginásial e a necessidade urgente de remodelar o Curso de Especialização Pedagógica, com a criação da Escola de Professores, como propunha o Código de Educação, tendo em vista o aperfeiçoamento técnico--cultural do magistério, base fundamental da obra educativa de um povo (PARANÁ, 1937, p. 28).

Entretanto, em 1937, com o pretexto de acabar com a instabilidade política e impedir um “complô comunista”, Vargas deu um golpe de Estado, instalando um novo regime político autoritário, o chamado Estado Novo. O novo regime seguia ventos ditatoriais, fechou o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas, impôs uma nova Constituição e entregou o poder executivo dos Estados a interventores. Sob o novo regime político, Francisco Campos, Ministro da Justiça, e Gustavo Capanema, Ministro da Educação, criticavam a pedagogia “de fundo liberal” e os princípios defendidos pelos escolanovistas. Para o novo regime, a Educação não poderia ser neutra; deveria se colocar ao serviço da Nação (HORTA, 2012, p. 29).

No projeto de Estado Nacional estabelecido em 1937, a educação deveria servir ao propósito de formação de uma identidade nacional, a construção da “brasilidade”, visando formar física e mentalmente o “novo homem” para um novo Estado. Vargas defendeu a expansão do ensino primário por todo o país, de acordo com o estabelecido pela Constituição, porém, este deveria ser nos moldes do regime recém-estabelecido: uniforme, nacionalista, militarista e arma de luta ideológica (VECHIA; FERREIRA, 2016, p. 152). O ensino primário devia ser “caracterizado como ‘nacional’ nos seus objetivos, na sua organização e no funcionamento das escolas” (O ENSINO PRIMÁRIO...,1939, p. 4).

Essa nova política educacional repercutiu na educação dos Estados e, de modo particular, nas propostas de formação de professores. O Código de Educação do Paraná, de 1937, que pretendia reorganizar a educação de acordo com princípios e métodos

fundados em expoentes da Educação Nova, acabou por não ser aprovado em decorrência da instauração do Estado Novo no final de 1937 (PARANÁ, 1937, p. 29-32).

Sob o novo regime, em 1938, a Escola Normal Secundária do Paraná foi transformada em *Escola de Professores de Curitiba* e outras normas para a formação de professores foram adotadas. --Um novo Regulamento para as Escolas de Professores do Estado do Paraná foi aprovado pelo Decreto n. 6.597, de 1938, e estabeleceu que as Escolas de Formação de Professores³ teriam por finalidades; a formação de professores primários; a promoção de investigações e estudos relativos aos assuntos de educação e auxiliar o trabalho de constante aperfeiçoamento cultural do magistério público do Estado. Estabelecia também que o curso da Escola de Professores teria dois anos de duração e seria organizado em quatro seções, cada uma com duração de um semestre (PARANÁ, 1938b). As matérias seriam distribuídas da seguinte forma:

1ª Seção: (1º semestre): Psicologia geral e infantil, Pedagogia geral, Metodologia e Prática de ensino, História da Educação; 2ª Seção: Metodologia e Prática do Ensino, Biologia aplicada à Educação, Puericultura, Higiene escolar; 3ª Seção: Metodologia e Prática do Ensino, Sociologia Geral, Sociologia Educacional; 4ª Seção: Metodologia e Prática do Ensino; Desenho, modelagem e Caligrafia, Trabalhos manuais, Musica e canto orfeônico. Ainda, Aulas: Noções fundamentais de Agronomia, Educação Física e Educação Doméstica. Art. 3º. Em todas as cadeiras inclusive as de Educação Doméstica e Noções fundamentais de Agronomia, haverá duas aulas por semana, com exceção da de Metodologia e Prática do Ensino, cujas aulas serão diárias. Haverá, outrossim, diariamente, trinta minutos de educação física para todas as seções. (PARANÁ, 1938b)

Contudo, as modificações que se seguiram não prejudicaram a difusão da modernidade pedagógica enquadrada pelas propostas escolanovistas. A alteração, em 1938, da Escola Normal Secundária do Paraná em Escola de Professores de Curitiba, encontrou quem protagonizasse as novas ideias.

³ À época, o Paraná já contava com três escolas de formação de professores: a da capital ou de Curitiba, a de Paranaguá, no litoral e a de Ponta Grossa na região dos Campos Gerais. As demais regiões do Estado: Norte Velho, Norte Pioneiro, Centro --- Oeste, Sul e Sudeste dependiam principalmente das professoras formadas na Escola de Professores de Curitiba.

A proposta pedagógica da *Escola de Professores de Curitiba* estava embasada no Regulamento dos Cursos de Formação dos Professores, porém, foi elaborada e aplicada sob a ótica do professor paranaense Erasmo Pilotto. Segundo estabelecido pelo novo Regulamento, Pilotto foi nomeado chefe da 2ª e da 4ª seção e, posteriormente, Assistente Técnico da Escola de Professores⁴. Nessa função, redimensionou as normas oficiais, dando-lhes suporte teórico e aplicação prática, construindo assim, um plano de formação do magistério primário (MIGUEL, 1997, p. 54-55).

Pelo que testemunhou a poetisa Helena Kolody, que foi aluna e, depois, professora dessa escola, Erasmo Piloto era a alma daquela instituição. Ele, na opinião dela, era um professor que mobilizava os alunos sem condescendências. Segundo Kolody, ele era “severo mas era um professor respeitado. Respeitado e querido”. Nas palavras da poetisa, a *Escola de Professores de Curitiba* na década de 1940, confunde-se com a figura marcante de Erasmo Pilotto, que buscou “transformar aquele espaço num laboratório de aprendizagem. Suas ideias são colocadas em prática, e o clima é de novidade e renovação”. Com ele, a escola ganhou outra vida, apesar de anteriormente já ser bastante reconhecida: antes “era uma escola renomada, mas era uma escola de ensino tradicional” (IWAYA, 2000, p. 106).

Independentemente do que se possa entender por escola de ensino tradicional, o relevante é o reconhecimento do espírito renovador que se instalou na instituição e que pode até ser visto na mudança da designação, em 1938, de Escola Normal Secundária do Paraná para Escola de Professores de Curitiba. Em conformidade com a proposta pedagógica da Escola de Professores de Curitiba, as finalidades traçadas eram: a) formar professores primários; b) ser um centro de cultura pedagógica, compreendendo-se aqui, mais particularmente, a investigação filosófica e a investigação experimental relacionadas ao fenômeno educacional; c) ser um centro de investigação pedagógica, de âmbito de ação que se estendesse ao Magistério do Estado e fosse abranger também, ainda que mais restritamente, os responsáveis, na família, pela educação (MIGUEL, 1997, p. 75).¹

⁴ O cargo de Assistente Técnico era de extrema confiança do Diretor da Escola e, era escolhido dentre os chefes de seção sob proposta do Diretor da Escola, e exerceria o cargo, na Escola da Capital. Ao Assistente Técnico competia: Superintender o serviço de expediente; Apresentar sugestões ao Diretor da Escola, nas questões referentes técnica do ensino, distribuição de cursos, fixação de horários, etc.; Fiscalizar o funcionamento dos cursos e a distribuição do tempo e das matérias; Organizar e distribuir, em períodos regulares, as aulas de caráter técnico-profissional.

De acordo com Regulamento de 1938, a *Escola de Professores de Curitiba* mantinha uma Escola de Aplicação anexa, que compreendia um Grupo Escolar completo (curso primário), um Jardim de Infância e uma Escola Isolada, isto é, uma escola que simulasse as escolas multisseriadas existentes. A preocupação com “a investigação pedagógica e experimental dos problemas da educação” (PILOTTO, 1954, p. 117) levaram Pilotto a propor a criação da *Escola Paranaense de Pedagogia*, na qual todos os professores participariam para desenvolver estudos pedagógicos mais aprofundados e debater temas de interesse cultural.

Ainda fazia parte da organização da Escola de Professores, o *Centro Superior de Pedagogia*, espaço destinado aos “melhores” alunos, segundo os resultados levantados pelas observações dos professores e pelos testes de inteligência. A *Orientação Educacional* tinha como meta diagnosticar as necessidades de cada aluno (considerando as observações e os resultados dos testes), auxiliando os que necessitassem de apoio e encaminhando os que alcançassem os pontos mais altos na avaliação para as atividades do referido Centro. O *Centro de Superior de Pedagogia* funcionaria fora do ambiente escolar e tinha por objetivo discutir problemas de interesse dos alunos enquanto futuros professores. Aos alunos que o frequentassem eram oferecidas as melhores obras de autores que aprofundassem e ampliassem a cultura, preparando-os como líderes da ação educacional no Estado.

Essa intenção estava explicitada no plano de organização da Escola. “Para o comum da turma” destinava-se “um trabalho de caráter mais prático, mais de acordo com o seu desenvolvimento, com as suas possibilidades” (PILOTTO, 1954, p. 118). Tanto para o desenvolvimento da cultura geral como o da formação especializada, foram projetados planos que procuravam garantir a organicidade do conjunto do trabalho educacional desenvolvido na escola de professores. As aulas, as atividades extraclasse e as práticas pedagógicas, foram planejadas de modo que se complementassem e enriquecessem umas às outras. Quanto à formação especializada compreendendo o trabalho desenvolvido nas classes, a recomendação que se fazia era a de que o mesmo fosse ‘o mais ativo possível’, através de exposição do professor, da exposição pessoal dos alunos, de trabalho coletivo dos alunos e da coleta e elaboração de dados para a solução

de problemas vários, discussão livre, plano Dalton, método de projetos ou outros de moldes semelhantes, (PILOTTO, 1954, p. 126).

Eram ainda valorizadas atividades relacionadas com a produção do Jornal “A voz da Escola”⁵, elaborado pelos alunos, e o Museu da Escola. Os alunos desenvolviam também atividades no *Centro Estudantil Dona Júlia Wanderley*. O ambiente da Escola de Professores, tal como descrito por Pilotto em suas obras, caracterizava-se pelo envolvimento dos alunos nas atividades educacionais, de modo que a mesma fosse “palpitante de vida” (MIGUEL, 1997, p. 89).

A experimentação marcou a proposta implantada na Escola de Professores de Curitiba pela aplicação das experiências educacionais exitosas provadas a priori, no Instituto Pestalozzi⁶. Essa instituição criada e mantida por Pilotto e Adriano Robini, foi uma escola particular, de caráter experimental, “que funcionou como laboratório de inovações a serem implantadas no curso de magistério” (MIGUEL, 1997, p. 90). As ideias de Montessori, Pestalozzi e Decroly, eram então ali aplicadas e, quando davam bons resultados junto aos alunos, eram ensinadas aos normalistas da Escola de Professores.

Ao passo que a Escola de Formação de Professores de Curitiba formava segundo princípios e práticas que tinham raízes nas ideias da Escola Nova, a ação educacional das professoras, depois de formadas, deveria ser direcionada pelas normas estabelecidas pelo poder central. A política de estágio obrigatório em regiões do interior do Estado do Paraná foi reafirmada pelo Decreto de n. 6.597, de 15 de março de 1938, que aprovou o já mencionado Regulamento dos Cursos de Formação de Professores do Estado do Paraná.

Chloris Casagrande Justen, que se formou na Escola de Professores de Curitiba, em 1940, relatou que teve que fazer um estágio obrigatório no interior, conforme a Lei Estadual vigente, tendo que sair de casa, coisa que nunca tinha feito antes. Nas suas palavras: “Jamais tinha dormido fora de casa, pois tinha apenas 18 anos”. Mas foi parar em Balsa Nova. Como ela descreveu: “Lá havia uma casa em que as professoras ficavam

⁵ Este Jornal foi editado a partir de outubro de 1936 e recebeu premiação no México. Nele os alunos publicavam resumos das últimas obras de Biologia Educacional, Psicologia Diferencial e Educacional, Sociologia Educacional, História da Educação, dentre outros artigos (MIGUEL, 1997, p. 80).

⁶ Escola particular criada e mantida por Pilotto e Adriano Robini, também professor da Escola de Professores de Curitiba.

hospedadas. A proprietária dessa casa era a diretora da escola [...]. Permanecer em Balsa Nova não foi fácil. Ia às segundas-feiras de trem e voltava aos sábados” (BRITTO, 2007, p. 77-78).

O Professor Erasmo Pilotto, um entusiasta de levar a educação para o interior do Estado, considerava ser dever das professoras, não apenas ensinar as crianças do interior a ler, mas a desenvolver nelas o gosto pela leitura, “a inculcar-lhes certos cuidados de higiene [...], a passar-lhes algum conhecimento sobre o mundo que as cercava e sobre a sua Pátria” (PILOTTO, 1952, p. 105).

À Escola de Formação de Professores de Curitiba também era atribuída a tarefa de formar as lideranças capazes de alterar a vida e os hábitos das populações das zonas rurais. Às professoras cabiam as tarefas de transmitir a cultura e os hábitos urbanos da vida social, bem como a de transformar, segundo a Lei de Nacionalização implantada no país, os descendentes de imigrantes em bons cidadãos brasileiros. Daí a relevância da obrigação das professoras recém-formadas realizarem o estágio de dois anos, estabelecido pelo Regulamento de 1938, e que deveria ser realizado preferencialmente em núcleos populacionais de imigrantes e de seus descendentes, para auxiliar na promoção de tais modificações.

Os depoimentos das professoras não só atestam a implementação de tal política como a sua concordância com a mesma. Balbina se empenhou nessa obra de nacionalização da população de descendentes de imigrantes. Inicialmente lecionou em Ipiranga, numa Colônia de imigrantes ucranianos. Conforme relatou: “[...] eles estavam achando falta mesmo de uma escola lá, justamente com a finalidade de nacionalizar, não é? Mas daí eles eram tão humildes”... As dificuldades eram muitas pelo que, às vezes, como dizia, “sempre iniciava [a aula] com o nome do pai, o pai nosso, a Ave Maria, [...] mas eles não conseguiam acompanhar” (VECHIA; FERREIRA, 2015, p. 102). Essa professora assumia claramente a exigência do governo

Em outra escola encontrou uma maioria de poloneses e não gostou da atitude deles. Justifica a sua razão, argumentando que “se eles estavam no Brasil, se já nasceram no Brasil, eram brasileiros. Acho que os pais já tinham que compreender que mesmo vindos da Europa, aqui era Brasil, tinham que falar português” (VECHIA; FERREIRA, 2015,

p. 102). Como bem sublinhava “era uma época em que houve mesmo um ambiente de exigir a nacionalização” (VECHIA; FERREIRA, 2015, p. 97). Egípciana testemunha a mesma política. Lecionando numa localidade cujos habitantes eram poloneses, viu-se na obrigatoriedade de ensinar a falar “ brasileiro”. A partir de Getúlio, não havia fuga. No seu dizer: “E aí, forcei a criançada a falar [...]” (VECHIA; FERREIRA, 2015, p. 98-99).

Essas professoras haviam sido preparadas para organizarem um ensino moderno mas eram confrontadas com realidades educativas inesperadas. Viam-se diante de crianças pobres, rudes, estrangeiras, resistentes ao ensino do português e aos costumes urbanos. Elas sentiam-se como missionárias da modernidade, sentiam-se legitimadas com conhecimentos consolidados numa escola reconhecida e valorizada pela sociedade. Políticos e pedagogos quiseram ver na capacidade de formação da Escola Normal a possibilidade de irradiar um ensino moderno por todo o Estado, capaz de assegurar a estabilização de uma gramática social que garantisse coesão cultural e identidade brasileira. O percurso da escola seguiu os caminhos da modernidade pedagógica, mas era esperar demasiado que todas as suas alunas se constituíssem como entusiásticas militantes da transformação educacional do país. Todavia, sentiam-se prestigiadas pela cultura pedagógica que receberam; sentiam-se professoras com uma cultura acima da média, algumas com capacidade para prosseguir estudos universitários em outras áreas do conhecimento.

Considerações finais

A formação de professores no Paraná inscreve-se na expansão e modernização do sistema escolar brasileiro e no âmbito de um processo de formulação de propostas pedagógicas provindas de países centrais da Europa e da América. Em primeiro lugar, a formação de professores no Paraná desenvolve-se na medida do crescimento do interesse pela escola seja esse protagonizado por políticos, intelectuais, pedagogos, ou por cidadãos mais ou menos anônimos mas atentos ao desenvolvimento da sociedade, em especial à capacitação das pessoas que deveria assegurar uma atuação das mesmas condizente com os saberes valorizados pelo contexto em que se inseriam. Em segundo lugar, a formação de professores no Paraná acompanha ideias e políticas que irradiam de

outras regiões do mundo e do Brasil, participando na construção de pensamento e de dinâmicas educacionais, por via da ação contextualizada em que a importação de propostas e conhecimentos se difunde em assimilações concretas, em práticas vivenciadas, em dispositivos educacionais.

A formação de professores no Paraná insere-se dentro de um esforço de efetivação da modernidade, em que o sistema escolar é pilar importante ao serviço da disciplina e da ordem social, do estado-nação e da coesão nacional. Tal como em outros países, no Brasil a modernidade é uma construção lenta que se monta a partir de referências externas e se dissemina desigualmente em diferentes partes do país a partir de elementos e condições sociais e culturais condizentes com a racionalidade iluminista, liberal, tecnológica. Tal como a expansão da escola, a formação de professores no Brasil no século XIX foi hesitante e incipiente. Daí que, à imagem da maioria das províncias, a primeira Escola Normal efetivamente criada na então Província do Paraná, em 1876, tivesse um funcionamento irregular e precário até ao final do período Imperial e nos primeiros anos da República.

No início de Novecentos, a cidade de São Paulo corporiza a modernidade educacional no Brasil e tende a servir de orientação a políticas educativas de outras regiões do país. Tendo em vista a generalização da escolarização para o povo, o estado de São Paulo, berço dos ideais republicanos, ciente da necessidade da formação de professores satisfazer tanto a expansão da escolaridade como a qualidade do ensino, promoveu uma profunda reforma da Escola Normal. A reforma foi alicerçada na chamada Pedagogia Moderna; o método de ensino adotado era o Intuitivo, baseado nas proposições de Pestalozzi sobre a educação dos sentidos e a Lição de Coisas de Calkins.

A importância política e econômica do estado de São Paulo, e o espírito modernizante da referida reforma levou outros estados seguirem no mesmo sentido ainda na primeira década do século XX. O estado do Paraná, contudo, somente começou a realizar a sua reforma educacional no início de 1920, ainda que o processo só se tenha completado em 1923 com a aprovação de *As Bases Educativas para a organização da nova Escola Normal Secundária do Paraná*. A pedagogia da escola era, sobretudo, marcada pela didática de Herbart rotinada pela versão de Patrascoiou. O objetivo desse ensino era

possibilitar a aquisição de uma cultura intelectual que garantisse a transmissão aos seus futuros alunos de conhecimentos úteis e fundamentais à vida do cidadão brasileiro. A acentuada frequência feminina dessa escola era bem vista porque ela era maior garantia do desenvolvimento de qualidades que deveriam assegurar um ensino que tocasse as crianças. As professoras eram consideradas mais aptas para transmitir conhecimentos, valores, comportamentos e a inspirar sentimentos nobres e patrióticos às crianças que frequentavam a escola primária.

Apesar das fortes divergências e dos confrontos ideológicos em torno da educação, durante a década de trinta, nomeadamente entre liberais escolanovistas e educadores católicos conservadores e as propostas governamentais, as ideias escolanovistas vão se afirmando e até ganhando visibilidade entre um público mais vasto, traduzido, designadamente, no impacto do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. No Paraná, a modernidade pedagógica abre-se cada vez mais à influência das ideias da Escola Nova. Nem o conservadorismo do Estado Novo parece ter perturbado o fervor na disseminação dessas propostas e métodos na Escola de Formação de Professores de Curitiba. Ali se ensinava a partir das ideias de Montessori, Pestalozzi, Decroly, Dewey, Kilpatrick, entre outras vindas de fora e do Brasil.

Erasmus Pilotto é o mestre de cerimônia da forte dinâmica inovadora que envolve a formação de professores em Curitiba, a partir dos anos trinta de Novecentos. As professoras que ali se formaram sentem-se confiantes e prestigiadas pela cultura pedagógica que tiveram. Elas, no entanto, são chamadas a intervir em meios socialmente precários e culturalmente complexos. Sentem-se compelidas a agir em nome da causa civilizatória e nacionalista e o fazem tentando cumprir uma missão bem vista aos olhos de uma cidadania brasileira muito cultuada e promovida pelas diferentes autoridades do país e do Estado.

Referências

- BRITTO, Teresa Teixeira de. **CHLORIS: Chloris Casagrande Justen: uma história de resistência**. Curitiba: Gráfica Vitória, 2007.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reforma da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 225-252.
- COSTA, Lysimaco Ferreira. **Bases Educativas para a organização da Nova Escola Normal Secundária do Paraná**. Curitiba: s/n. 1923.
- HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. Campinas: Autores Associados, 2012.
- IWAYA, Marilda. **Palácio da Instrução: representações sobre o Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940-1966)**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, 2000.
- MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A formação do Professor e a organização do Trabalho**. Curitiba: Ed. UFPR, 1997.
- MONARCHA, Carlos. **Brasil Arcaico, Escola Nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930**. São Paulo: ED. UNESP, 2009.
- MORENO, Juan Manuel G. **Historia de la Educación**. Madrid: Editora Paraninfo, 1971.
- NAGLE, Jorge **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU Editora Pedagógica e Universitária, 1976.
- O ENSINO PRIMÁRIO. **A Gazeta do Povo**. Curitiba, 1939, p. 3-4.
- PARANÁ. **Relatório do presidente da Província, Polidoro Cesar Burlamaque, à Assembleia Legislativa, em 15 de março de 1867**. Curitiba: Typografia de C. M. Lopes, 1867.
- PARANÁ. **Relatório do diretor geral da Instrução Pública, Dr. Víctor Ferreira do Amaral e Silva ao secretário do interior, justiça e instrução pública**. Curytiba: Typ. D' A República, 1903.
- PARANÁ. **Mensagem do Dr. Affonso Alves de Camargo, presidente do Estado, dirigida ao Congresso Legislativo do Estado**. Curytiba: Typ. D' A Republica, 1920a.
- PARANÁ. **Relatório apresentado ao secretário geral do Estado pelo Professor César Prieto Martinez, inspetor geral do ensino, 1920**. Curitiba: Tip. da Penitenciária Geral do Estado, 1920b.

PARANÁ. **Relatório enviado ao secretário geral do Estado pelo inspetor geral da Instrução Pública, César Prieto Martinez.** Curitiba: Typ. Penitenciária do Estado, 1923.

PARANÁ. **Relatório da Inspeção Geral do Ensino ao Presidente da Província do Paraná.** Curitiba: Livraria Mundial, França & Cia Ltda, 1926a.

PARANÁ. **Relatório enviado ao presidente do Estado, Dr. Caetano Munhoz da Rocha pelo secretário geral d' Estado Alcides Munhoz.** Curitiba: Livraria Mundial, França & Cia Ltda, 1926b.

PARANÁ. **Discurso de Lysimaco Ferreira da Costa ao Paranympfar a turma de normalistas de 1926.** Curitiba: [s.n.], 1926c.

PARANÁ. **Mensagem apresentada pelo governador, Sr. Manoel Ribas, à Assembleia Legislativa do Estado.** Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1937

PARANÁ. **Decreto 6597 de 1938. Regulamenta a escola de professores.** Curitiba: DEAP, 1938.

PILOTTO, Osvaldo. **Methodologia da Mathematica.** Curitiba: s.n. 1926.

PILOTTO, Erasmo. **A Educação é direito de todos.** Curitiba: Max Roesner, 1952.

PILOTTO, Erasmo. **A Educação no Paraná: Síntese sobre o ensino elementar e médio.** Rio de Janeiro: MEC/INEP, 1954.

ROZANTE, Ellen Lucas. **A Educação dos sentidos no método de ensino intuitivo e o caso das escolas públicas isoladas de São Paulo (1889 – 1910).** 2013 . Tese (Doutorado em Educação) –Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890- 1910).** São Paulo: UNESP, 1998.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **História dos métodos e materiais de ensino: a Escola Nova e seus modos de uso.** São Paulo: Cortez, 2010.

VARGAS, Getúlio. Nova organização administrativa do país: discurso de posse na chefia do governo Provisório. In: VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938. v.1, p.30-32.

VECHIA, Ariclê; FERREIRA, Antônio Gomes. Formação, história de vida e das práticas Docentes de Professoras do Ensino primário no Sul do Brasil, 1930 a 1960: memórias de professoras. In: PÉREZ, Teresa González (org.). **Templos del saber: discursos políticos y utopias educativas.** Madrid: Mercurio Editorial, 2015. p. 83-116.

VECHIA, Ariclê; FERREIRA, António Gomes. A educação das crianças de ascendência alemã durante o Estado Novo: amainando as desigualdades. In: VECHIA, Ariclê; FERREIRA, António Gomes (org.). **A criança e a escolarização: igualdade e desigualdade no espaço Latino-americano nos séculos XIX e XX**. Curitiba: UTP, 2016. p. 148-171.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. A Primeira Escola Normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização ad formação docente no século XIX. In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de ; LOPES, António de Pádua Carvalho (org.). **As Escolas Normais no Brasil: do Império à Republica**. Campinas: Editora Alínea, 2008, p. 29-46.

Recebido em: 16/08/2022
Aprovado em: 28/02/2023

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Revista Linhas
Volume 24 - Número 54 - Ano 2023
revistalinhas@gmail.com